

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.693 - SP (2012/0160417-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA  
**ADVOGADOS** : RICARDO NEVES COSTA - SP120394  
RAPHAEL NEVES COSTA - SP225061  
MAURÍCIO IZZO LOSCO - SP148562  
**RECORRIDO** : JOSÉ CONSTANTINO DE ARAÚJO FILHO  
**ADVOGADOS** : ANIZIO TOZATTI - SP071551  
PLINIO MARCOS BOECHAT ALVES FERREIRA - SP159988

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E ERRO DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULA 284 DO STF. OFENSA À RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESPECIAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. OFENSA AOS ARTS. 128, §1º, 131, 332, 333, I, 443, DO CPC/1973. PROVA DA PERDA DA SAFRA. SÚMULA 7 DO STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 10 E 25 DO DECRETO-LEI 167/67. OBRIGAÇÃO DO RECORRENTE DE CONTRATAR O SEGURO DE SAFRA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. No tocante às alegações de nulidade por supressão de instância e erro de interpretação de cláusula contratual, a ausência de indicação de dispositivo de lei federal tido por violado caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial. Aplicação da Súmula 284/STF.
2. Em sede de recurso especial, não compete ao STJ apreciar violação à matéria de resoluções, tendo em vista que esta não se compreende no conceito de lei federal.
3. A Corte local apreciou a lide, de forma fundamentada, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas.
4. Rever o acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, bem como interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado nesta via especial ante o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.
5. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - BANESPA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

EMBARGOS DOS DEVEDORES - EXECUÇÃO FUNDADA EM CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA — EMBARGOS ACOLHIDOS PELA SENTENÇA OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO DA SAFRA - DEVER CONTRATUAL OLVIDADO PELO BANCO - PERDA DOS ATRIBUTOS DA LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO. Apresenta-se correta a sentença que, ante a omissão do banco credor em contratar o seguro da safra, acolhe os embargos e anula a execução. Obrigação claramente fixada em contrato, que não foi cumprida pelo banco. EMBARGOS DOS DEVEDORES - EXECUÇÃO FUNDADA EM CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA — EMBARGOS ACOLHIDOS PELA SENTENÇA - Recurso do embargante com o pedido de majoração dos honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 500,00 - Provimento do recurso, majorada a verba a 10% do valor corrigido da execução. - Desprovimento do recurso interposto pelo embargado; provimento ao recurso do embargante.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 128, §1º, 131, 165, 332, 333, I, 443, 458, II, e 515, §§1º e 2º, do CPC/1973, 15 da Resolução 301/73, 10 e 25 do Decreto-lei 167/67.

Alega nulidade do acórdão recorrido ante a supressão de instância com julgamento de matéria que não constou dos autos.

Sustenta que o julgamento foi contrário às provas dos autos e *infra e citra petita*, uma vez que não é fato incontroverso a perda da lavoura.

Aduz que não há prova de que houve perda da lavoura e que é obrigação do autor ora recorrido provar fato constitutivo de seu direito.

Defende erro gritante de interpretação da cláusula contratual, uma vez que não se aplicaria a cláusula indicada pelo acórdão recorrido, pois a obrigação de contratação é sobre os bens dados em garantias, ou seja, os bens dados em penhor cedular, e não da safra.

Afirma que o acórdão recorrido não tem fundamentação embasada no fato certo e provado da causa e que as questões propostas na apelação não foram correta e adequadamente julgadas.

Salienta que a legislação não exige que se faça a contratação de seguro da lavoura para a emissão de cédula rural, bem como que a cédula de crédito é título executivo.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 175.

É o relatório. Decido.

2. No que tange à alegação de nulidade por supressão de instância e de erro gritante de interpretação da cláusula contratual, ressalta-se que a parte recorrente não indicou os dispositivos legais eventualmente violados pelo acórdão recorrido, não observando, portanto, a técnica própria de interposição do recurso especial. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior. Aplicação da Súmula 284/STF.

3. Quanto à ofensa ao art. 15 da Resolução 301/73, registra-se que não compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, em sede de recurso especial, violação à matéria de resoluções, tendo em vista que esta não se compreende no conceito de lei federal.

4. Também não se verifica a alegada vulneração dos arts. 165, 458 e 515 do CPC/73, porquanto a Corte local apreciou a lide, de forma fundamentada, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.

5. Não há falar em violação dos arts. 128, §1º, 131, 332, 333, I, 443, do CPC/1973, pois, observa-se dos autos que, mediante convicção formada do exame feito aos elementos fático-probatórios dos autos, o acórdão tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide. Apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 131 do CPC/73.

*A propósito, "não há falar em contrariedade aos arts. 131, 332 e 333, I, do CPC/1973 em razão da valoração promovida pelo magistrado das provas coligidas nos autos, porquanto, no nosso sistema processual, aquele é o destinatário destas; cabe-lhe, por força do art. 131 do CPC/1973, apreciar o acervo fático-probatório livremente indicando os motivos que lhe formaram o convencimento. Precedentes"* (AgInt no AREsp 550.641/PR, Rel. Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018).

Com efeito, a Corte local, com base na sua valoração das provas dos autos, concluiu que houve perda expressiva da safra não coberta ante a falta de seguro que o banco estava obrigado contratualmente a contratar (fl. 147).

Ademais, verifica-se que rever o acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal, nesse ponto, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, além de interpretação de cláusula contratual, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. VÍCIO SANADO NA ORIGEM. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RENÚNCIA À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 131 DO

CPC. SÚMULA N. 7/STJ. CONTRADIÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS. INOVAÇÃO RECURSAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE PROVAS. DECISÃO MANTIDA.

[...]

5. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ). No caso concreto, para acolher a pretensão recursal a fim de reconhecer que as decisões das instâncias ordinárias estão contrárias às provas dos autos (art. 131 do CPC), seria necessário o reexame do conjunto probatório do feito, o que é vedado em recurso especial.

[...]

8. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 522.658/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 08/09/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMERCIAL E PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REGRA DO ÔNUS DA PROVA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AÇÃO REVOCATÓRIA. FALÊNCIA. PERÍODO SUSPEITO. DAÇÃO EM PAGAMENTO DE IMÓVEL. DÍVIDA VENCIDA E EXIGÍVEL. INOBSERVÂNCIA DE DISPOSIÇÃO CONTRATUAL. INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO.

[...]

2. A aferição do êxito do autor ou do réu em comprovar suas alegações (art. 333 do CPC); ou seja, se cumpriu seu ônus probatório, demanda o reexame de fatos e provas, o que é inadmissível na via especial, a teor da Súmula 7 do STJ.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 489.545/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 06/11/2009)

6. No que tange à violação aos arts. 10 e 25 do Decreto-lei 167/67, a Corte local, com base na interpretação do contrato e dos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu que, por convenção das partes, o recorrente teria a obrigação contratual de segurar a safra e ele teria sido omissos. Segue trecho do acórdão recorrido (fls. 109-110):

“[...] Alega, em síntese, que não é obrigatória a contratação de seguro da safra em contratos de crédito rural.

Ocorre que tal obrigação foi, no caso em exame, expressamente convencionada pelas partes, bastando a leitura da cláusula 5a para se constatar que os emitentes tinham o dever de contratar o seguro e apresentar a apólice ao credor, no prazo de 30 dias após a emissão cedular, verificada em 21 de junho de 2001, cabendo a este suprir eventual omissão, de imediato.

É muito clara tal cláusula: "Os emitentes se obrigam a manter o bem

financiado e/ou vinculado em garantia devidamente segurado contra todos os riscos a que estiverem sujeitos, por valor nunca inferior ao da correspondente aquisição ou avaliação, apresentando ao BANESPA, dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, a respectiva apólice, devendo indicar o BANESPA como beneficiário, o qual, em caso de sinistro, aplicará a respectiva indenização na amortização ou liquidação deste financiamento, sendo certo que, na hipótese de o emitente não efetuar o referido seguro, fica o BANESPA desde já autorizado a fazê-lo de imediato, debitando as respectivas despesas na conta-corrente dos emitentes e/ou avalistas" (grifei).

E mais, segundo reza o parágrafo único do mencionada cláusula 5a da Cédula de Crédito Rural, impôs o credor) uma operação casada, tomando obrigatória a contratação com seguradora por ele indicada, desde logo autorizado o débito do prêmio em conta-corrente.

[...]

Desse modo, ante o que consta do contrato, tem-se que o credor tinha o dever de segurar a safra de abacaxi, para o que poderia escolher companhia de sua confiança e promover o débito do prêmio na conta-corrente dos emitentes, sob pena de, não o fazendo, não poder cobrar a dívida, que se toma ilíquida e perde o atributo da exigibilidade. **Na espécie não cabe discutir de eventual obrigação legal, nesse sentido, dada a convenção das partes impondo ao banco o dever de suprir eventual omissão dos emitentes cedulares em contratar o seguro.**

[...]” (g.n.)

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, assim como a interpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

**7. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator